

**POSSIBILIDADES ENTRE ÁGUAS E DESNÍVEIS: PROPRIEDADES RURAIS NA
FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DAS NEVES (1854–1857)**

Rafael Laguardia

Universidade Salgado de Oliveira

Vitoria Fernanda Schettini

Universidade Salgado de Oliveira

Resumo

Este artigo investiga em que medida as características físico-geográficas influenciaram as decisões relativas ao uso e à ocupação do solo na freguesia de Nossa Senhora das Neves, situada no sertão do rio Macaé. O recorte temporal, entre 1854 – 1857, corresponde à produção dos Registros Paroquiais de Terras decorrente da regulamentação da Lei de Terras, fontes que, apesar de suas omissões e imprecisões, preserva referências a confrontantes e elementos da paisagem rural que ajudam no reconhecimento territorial. A pesquisa se justifica pela necessidade de compreender a paisagem não como cenário indiferenciado, mas como parte das circunstâncias históricas diante das quais os agentes decidiam, sem atribuir ao meio um caráter determinante. O objetivo consiste em relacionar a localização das propriedades rurais às diferenças de altitude, declividade, hidrografia e precipitação presentes na freguesia. Para isso, as informações dos registros foram transcritas, organizadas em base de dados e espacializadas por meio de Sistemas de Informações Geográficas, sendo confrontadas com topônimos, cartografia histórica, rede hidrográfica, modelo digital de elevação e médias de dados pluviométricos. A hipótese é que as diferenças de desníveis de terras e disponibilidade de águas participaram da formação de possibilidades territoriais distintas de uso e ocupação do solo.

Palavras-chave: Registros Paroquiais de Terras; História Espacial; paisagem; uso e ocupação do solo; Macaé.

Abstract

This article investigates the extent to which physical and geographical characteristics influenced decisions concerning land use and occupation in the parish of Nossa Senhora das Neves, located in the hinterland of the Macaé River. The temporal framework, from 1854 to 1857, corresponds to the production of the Parish Land Registers resulting from the regulation of the Brazilian Land Law. Despite their omissions and inaccuracies, these sources preserve references to neighboring landholders and elements of the rural landscape that contribute to territorial identification. The research is justified by the need to understand landscape not as an undifferentiated setting, but as part of the historical circumstances within which agents made decisions, without attributing a determining role to the environment. The objective is to relate the location of rural properties to differences in elevation, slope, hydrography, and precipitation within the parish. To this end, information from the

registers was transcribed, organized in a database, and spatialized using Geographic Information Systems. The data were then compared with place names, historical cartography, the hydrographic network, a digital elevation model, and average rainfall data. The hypothesis is that differences in land elevation and water availability contributed to the formation of distinct territorial possibilities for land use and occupation.

Keywords: Parish Land Registers; Spatial History; landscape; land use and settlement; Macaé.

1. INTRODUÇÃO

A ocupação de um território não ocorre sobre um espaço materialmente indiferenciado. O relevo e a hidrografia, por exemplo, compõem condições diante das quais os agentes históricos precisavam decidir. Esses elementos não determinavam¹ respostas únicas, mas estabeleciam possibilidades mais ou menos favoráveis ao uso e à ocupação do solo (FEBVRE, 1925). A paisagem não deve, portanto, ser compreendida apenas como cenário das relações sociais, mas como parte das circunstâncias históricas que influenciam as ações humanas (cf. PÁDUA, 2010, p. 96-97; LAGUARDIA, 2015, p. 23).

Essa perspectiva se distancia das formulações que atribuíam ao ambiente e ao clima um poder explicativo determinante sobre as sociedades (SEMPLE, 1911, p. 1; HUNTINGTON, 1915, p. 142, 271). A escolha de uma propriedade e as formas de utilização do solo dependiam também da posição social dos agentes e dos recursos de que dispunham. Essas decisões, contudo, eram tomadas em terrenos cujas características modificavam as condições de circulação e aproveitamento das terras.

A compreensão dessas relações exige aproximar a História da Geografia sem reduzir uma à outra. Desde as primeiras gerações da Escola dos Annales, e de forma particular na obra de Fernand Braudel, a dimensão geográfica passou a integrar a análise das diferentes temporalidades históricas. O relevo e os padrões climáticos apresentam ritmos de transformação mais lentos do que os acontecimentos políticos ou as conjunturas econômicas, compondo “uma história quase imóvel, que é a do homem nas suas relações com o meio que o rodeia” (BRAUDEL, 1995, v. 1, p. 25).

¹ Essa leitura possibilista se consolidou, sobretudo, em oposição ao chamado "determinismo geográfico" atribuído a Friedrich Ratzel; associação que, no entanto, tem sido crescentemente questionada. A caracterização de Ratzel como determinista foi, em grande medida, construída pelo próprio Febvre, que qualificou a antropogeografia ratzeliana como "determinista", "dogmática" e "não científica", contrapondo-a ao grupo dos "possibilistas à la Vidal". Autores revisionistas — como Capel (1981) e Carvalho (1997) têm demonstrado que essa oposição não encontra respaldo direto nas obras dos dois "protagonistas": o próprio Ratzel atacava, já nas páginas iniciais da *Antropogeografia*, a ideia simplista de que "o homem é um produto do ambiente", e chegou a afirmar, em *Völkerkunde* (1888), que o processo cultural emancipa o homem da natureza, ainda que não de forma completa, mas por meio de uma "coligação mais complexa, mais vasta e menos imperiosa" entre sociedade e meio. A dicotomia Ratzel-determinista/Vidal-Febvre-possibilista parece ter respondido, portanto, mais a uma disputa de demarcação disciplinar entre a geografia francesa e a alemã do início do século XX do que a uma diferença substantiva entre os dois pensadores.

O SIG Histórico atualiza esse diálogo em novas condições técnicas. Nesse sentido, seu emprego pode ser entendido como uma retomada, mediada pelas tecnologias digitais, de preocupações presentes na geohistória e na segunda geração dos Annales (OLIVEIRA; LAGUARDIA, 2023, p. 3).

Em estudo anterior sobre os Caminhos de Minas, essa abordagem foi empregada para examinar como rios, travessias e variações pluviométricas interferiam no tempo, no custo e na viabilidade da circulação entre o litoral do Rio de Janeiro e a região mineradora no século XVIII (LAGUARDIA, 2025, p. 599-600, 615). O presente artigo desloca a análise dos trajetos lineares para a localização das propriedades rurais em uma superfície territorial mais complexa, procurando compreender onde os agentes se estabeleciam e quais condições encontravam. A investigação retoma também o estudo da disposição dos módulos rurais em relação ao relevo, aos solos, à disponibilidade de água e ao clima (LAGUARDIA, 2015, p. 14-15).²

O recorte espacial corresponde à freguesia de Nossa Senhora das Neves, situada no sertão do rio Macaé. A freguesia reunia vales mais abertos e terrenos de menor altitude e declividade, mas também setores montanhosos e corredores fluviais estreitos, acompanhando a expressiva compartimentação geomorfológica da bacia do Macaé (SOUZA; MARÇAL, 2015, p. 180, 188-190). Essa diversidade tornava-se especialmente pronunciada no Sana, caracterizado por encostas íngremes, vales alongados, linhas de crista, cumeadas paralelas e grandes desníveis altimétricos (PMM, 2003 apud JERONYMO; SILVA, 2011, p. 186).

No início do século XIX, segundo o relato de Saint-Hilaire (1817), a economia de Macaé apresentava um perfil diversificado: ao lado do comércio de madeiras — então a principal atividade —, existiam cerca de vinte engenhos de açúcar, lavouras de café em fase inicial e cultivos alimentares como milho, algodão, arroz e mandioca, todos sustentados pelo trabalho escravo (AMANTINO, 2007, p. 624).

O recorte temporal, entre 1854 e 1857, relaciona-se à regulamentação da Lei de Terras e à produção dos Registros Paroquiais de Terras³. A Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, e o Regulamento nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854, integraram a tentativa do Estado imperial de regular posses e propriedades cujos limites e títulos permaneciam frequentemente indefinidos. O decreto encarregou os párocos de receber e registrar as declarações dos possuidores, produzindo uma

² Essa forma de abordar o problema aproxima-se da análise desenvolvida por Brian Donahue, que empregou o SIG histórico para reconstruir a organização ecológica da agricultura colonial em Concord, relacionando a distribuição das propriedades aos solos, à água, às formas do terreno e aos diferentes usos da terra (DONAHUE, 2008, p. 152).

³ Nos livros paroquiais, a freguesia aparece em parte da documentação sob a denominação composta Nossa Senhora das Neves e Santa Rita. O presente artigo concentra-se nas propriedades relacionadas ao território de Nossa Senhora das Neves.

documentação vinculada às formas locais de apropriação da terra e às relações entre os declarantes. Segundo o regulamento, as declarações deveriam informar o nome do possuidor, a freguesia, a denominação da propriedade, sua extensão, quando conhecida, e os respectivos limites. O cumprimento desigual dessas exigências explica tanto a recorrência das referências territoriais quanto as lacunas que tornam necessário cruzar registros, confrontantes e topônimos. (CARVALHO, 1981, p. 39, 40-41; CHRISTILLINO, 2012, p. 223-245; LAGUARDIA, 2011, p. 80-85).

Esses registros não reorganizaram a estrutura fundiária nem permitiram distinguir com segurança as terras públicas das particulares. Suas declarações podiam conter omissões e estratégias dos possuidores, exigindo tratamento crítico (MOTTA, 1998, p. 167; GARCIA, 2011, p. 65-70). Ainda assim, o cruzamento entre confrontantes, topônimos e referências territoriais permite identificar relações de vizinhança e disposições espaciais aproximadas que uma declaração isolada não revelaria (LAGUARDIA, 2011, p. 23-24, 28-29; ANDRADE, 2023, p. 421-423).

O período selecionado não representa o início da ocupação da freguesia, mas um corte documental produzido pela aplicação da Lei de Terras. As declarações mostram que muitas das propriedades registradas entre 1854 e 1857 haviam sido constituídas ou transmitidas anteriormente, sobretudo por compra ou herança.

Entre as 297 ocorrências nas quais a forma de aquisição pôde ser identificada, as compras correspondem a aproximadamente 73%, enquanto as heranças, partilhas e combinações entre herança e compra representam cerca de 18%. As demais formas somam menos de 10% do conjunto. Esses dados indicam que os Registros Paroquiais documentaram, em grande medida, uma estrutura fundiária formada antes de sua produção. A pergunta que orienta a investigação é: Em que medida as características físico-geográficas da freguesia de Nossa Senhora das Neves influenciaram as decisões relativas ao uso e à ocupação do solo?

O objetivo do artigo consiste em analisar as relações entre a localização das propriedades rurais e as características ambientais da freguesia de Nossa Senhora das Neves, articulando informações extraídas dos Registros Paroquiais de Terras à altitude, à declividade, à hidrografia e à distribuição espacial das chuvas.

A cartografia é necessária porque cerca de 65% das declarações de terras do Registo Paroquial de Macaé empregam ao menos um elemento da geografia física na descrição das confrontações. Serras e rios, os dois marcos mais frequentes, aparecem em aproximadamente 29% e 26% dos registros, respectivamente, enquanto quase 40% das declarações articulam dois ou mais elementos na mesma descrição. Além de ser um importante referencial de localização naquela época e para as pesquisas atuais. Sua espacialização permite comparar simultaneamente indicações que se encontram dispersas nas declarações e reconhecer regularidades em sua distribuição territorial.

Ao relacionar as propriedades aos elementos da geografia física, a cartografia permite reconhecer regularidades em sua distribuição. No conjunto documental, 21 registros foram associados ao Sana por referências ao rio, às suas margens ou às suas cabeceiras. Eliminadas as ocorrências sobrepostas referentes a uma mesma unidade, ao menos dezesseis propriedades distintas permaneceram diretamente vinculadas ao curso fluvial. Sua representação simultânea revela uma concentração territorial dificilmente perceptível pela leitura sequencial dos livros paroquiais. A espacialização constitui, assim, um procedimento analítico capaz de identificar relações e comparar configurações territoriais distintas (WHITE, 2010, p. 4-6; GIL, 2014, p. 198-199).

O método empregado fundamenta-se na História Espacial. As informações dos Registros Paroquiais de Terras foram transcritas e representadas em uma base de dados espaciais através de softwares do Sistema de Informações Geográficas (SIG), com destaque para os nomes dos proprietários e as confrontações descritas nas declarações. As referências espaciais foram comparadas entre si e relacionadas a topônimos e elementos da rede hidrográfica ainda reconhecíveis, bem como cartografia histórica da região. As propriedades localizáveis foram representadas por pontos georreferenciados como referências de posição.

À base documental foram acrescentadas camadas ambientais, especialmente de relevo e hidrografia, além dos dados de precipitação média. A altitude e a declividade foram derivadas de um Modelo Digital de Elevação, enquanto a hidrografia e os dados pluviométricos foram obtidos em bases institucionais contemporâneas. Como não existem medições locais para o período entre 1854 e 1857, as isoietas foram construídas a partir das médias dos dados válidos disponíveis nas estações da região. Elas não reproduzem o volume anual de chuvas daquele período, mas expressam diferenças relativas no gradiente pluviométrico, permitindo comparar a localização das propriedades em condições médias distintas (LAGUARDIA, 2025, p. 600, 605-606). A combinação dessas informações em ambiente SIG permitiu examinar a posição das propriedades em relação ao relevo, aos rios e à distribuição espacial das chuvas.

A hipótese é que as diferenças as diferenças de desníveis de terras de fluxos das águas, expressos nas distintas paisagens, participaram das possibilidades na formação de configurações distintas das propriedades.⁴

⁴ O artigo apresenta resultados de uma pesquisa em andamento. Nem todas as propriedades mencionadas nos Registros Paroquiais de Terras foram incorporadas à base cartográfica, e parte das localizações permanece aproximada. O conjunto analisado permite estabelecer comparações e reconhecer regularidades, mas não pretende oferecer uma reconstituição definitiva da estrutura fundiária de Nossa Senhora das Neves.

2. A PAISAGEM COMO NORTEADORA DAS DECISÕES DE OCUPAÇÃO

Com base na metodologia de espacialização das informações e dados de fontes históricas, a análise compara as propriedades localizadas no corredor do rio Sana com as principais propriedades distribuídas do rio Macaé e do rio São Pedro, buscando identificar como diferenças de padrões de altitude e fluxos de águas que influenciaram ou criaram possibilidades distintas de tomada de decisões relativas ao uso e à ocupação do solo.

Estudos de História Agrária mostram que a experiência acumulada no trabalho rural permitia reconhecer diferenças de solo, relevo e disponibilidade de água relevantes para a organização das propriedades. Agricultores de Concord ajustavam o uso das terras às condições locais, enquanto, nas fazendas de Campinas, a água e as características do terreno influenciavam a implantação das unidades produtivas (DONAHUE, 2004; SILVA, 2006, p. 95-97). O RPT de Nossa Senhora das Neves apresenta um exemplo compatível com essa percepção: Antônio José Pereira Itatagiba declarou, no registro 3, terras situadas no córrego do Roncador e qualificadas como “incultiváveis”.

No contexto serrano fluminense, o viajante suíço Johann Jakob von Tschudi demonstra que essa avaliação das condições da terra possuía consequências concretas. Em Nova Friburgo, o viajante descreveu terrenos íngremes, pedregosos e atravessados por vales estreitos; registrou também que parcelas consideradas estéreis foram abandonadas ou trocadas quando as famílias não conseguiam obter delas o necessário à subsistência. Segundo o mesmo relato, os colonos que permaneceram na

região ajustaram suas culturas às condições climáticas, dedicando-se ao milho, à batata e ao feijão em áreas consideradas desfavoráveis ao café (TSCHUDI, 1953, p. 96-97, 105-106).

A paisagem é compreendida, nesse sentido, como norteadora das decisões. Seus elementos apresentavam recursos e obstáculos que adquiriam significados distintos conforme a localização e as formas de utilização das terras (LAGUARDIA, 2025, p. 616).

2.1 A altitude e a configuração do relevo

A análise da altitude permite observar o contraste entre o corredor do rio Sana e o setor oriental do rio Macaé e do rio São Pedro, comparando a posição das propriedades nesses dois conjuntos territoriais.

Embora os Registros Paroquiais não forneçam cotas altimétricas, suas descrições empregam marcadores qualitativos de relevo e de posição relativa das terras. A pesquisa identificou essas referências nos campos destinados à localidade, às confrontações e à extensão das propriedades. Ao menos um desses marcadores aparece em 230 das 373 declarações, correspondentes a 61,7% do conjunto, demonstrando a importância dos desníveis do terreno na linguagem utilizada para localizar e delimitar as terras.

Tabela 1: Marcadores documentais de relevo e posição altimétrica nos Registros Paroquiais de Terras

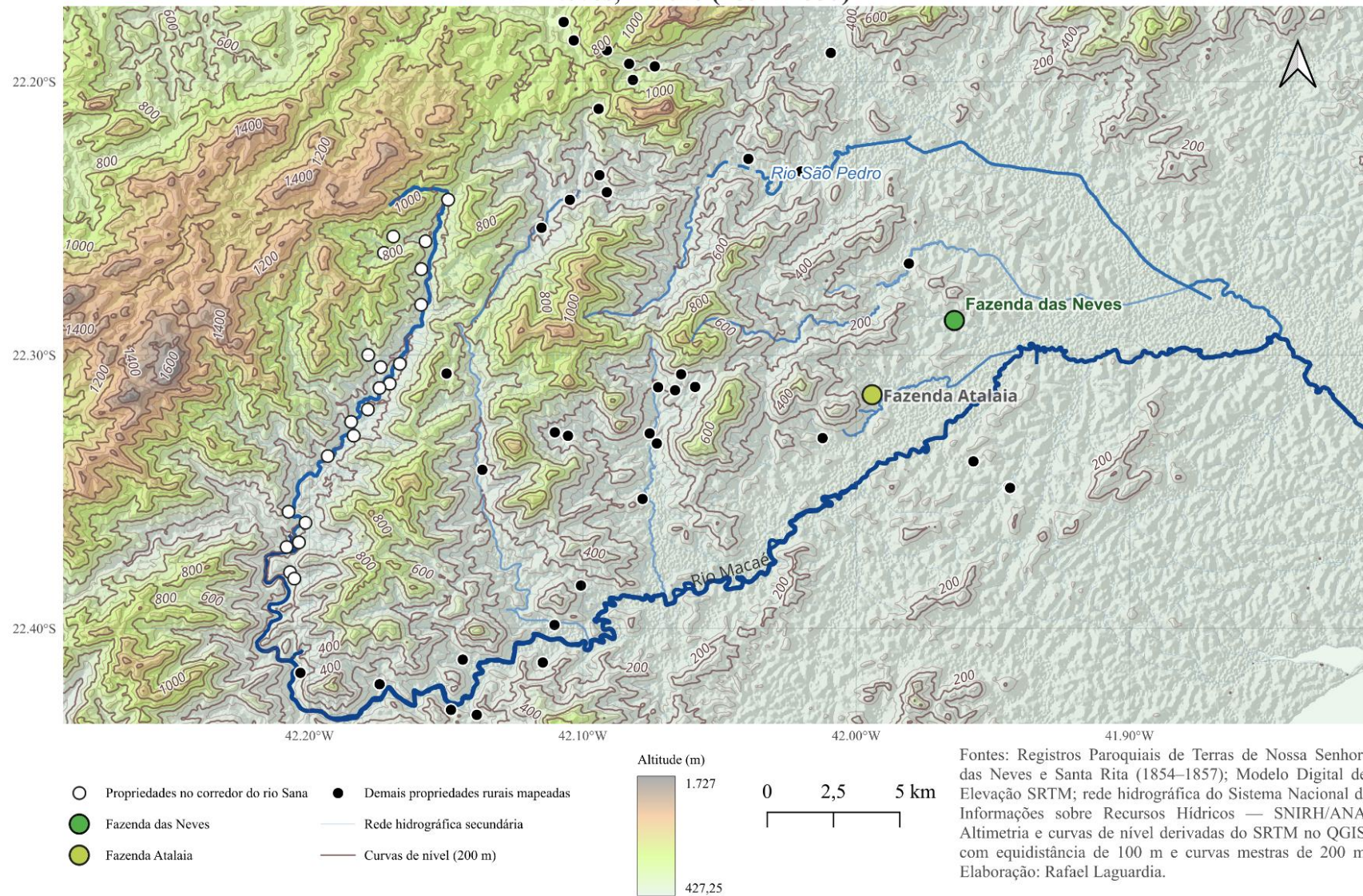
Marcador topográfico	Registros	% total declarações	Na localidade	Nas confrontações ou extensão
Serra/serro	136	36,5%	26	122
Alto/altos	96	25,7%	8	92
Morro/morrozinho	71	19,0%	18	58
Vertente(s)/verter	68	18,2%	1	68
Espigão	31	8,3%	0	31
Pico	20	5,4%	8	15
Grota/grotinha/grotão	13	3,5%	0	13
Cabeceira(s)	10	2,7%	7	3
Chapada	10	2,7%	0	10
Vargem	8	2,1%	2	6
Monte	8	2,1%	3	6

Marcador topográfico	Registros	% total declarações	Na localidade	Nas confrontações ou extensão
Outros mencionados uma única vez — 4 marcadores	4	1,1%	0	4

Fonte: Registros Paroquiais de Terras de Nossa Senhora das Neves e Santa Rita, 1854–1857. Elaboração do autor a partir da planilha completa dos registros. **Nota:** cada declaração foi contabilizada apenas uma vez para cada marcador, ainda que o termo se repetisse em sua descrição. Uma mesma declaração pode apresentar diferentes elementos do relevo ou empregar o mesmo marcador tanto na localidade quanto nas confrontações ou na extensão; por isso, as linhas e as duas últimas colunas não devem ser somadas. Foram normalizadas variantes gráficas como *serra/serro/cerra, cabeceira/cabiceira, espigão/espigoens e grot/grotinha/grotão*. A categoria “Outros mencionados uma única vez” reúne agudo, baixada, baixio e Bocaina. Os termos *pico* e *monte* aparecem principalmente em topônimos, como Pico Alto, Pico Leco, Monte Azul, Monte Redondo e Monte Alegre. “Alto/altos” funciona como marcador de posição relativa e se sobrepõe a outras categorias: em 69 dos 96 registros em que ocorre, integra expressões como “alto da serra”, “alto do morro” ou “alto do espigão”.

A Tabela 1 mostra que os desníveis constituíam uma dimensão recorrente da descrição fundiária: 230 das 373 declarações, correspondentes a 61,7% do conjunto, empregam ao menos um marcador de relevo ou de posição altimétrica. As referências mais frequentes — serra, alto, morro e vertente — aparecem sobretudo nas confrontações ou na indicação da extensão das terras. Os registros permitem observar como esses marcadores eram articulados: as faixas próximas aos cursos fluviais, correspondentes espacialmente aos fundos de vale, aparecem nos registros 16, 20 e 46; as extensões que partiam do rio em direção às serras, nos registros 16, 20, 46, 165 e 175; os altos de serras e espigões, nos registros 137, 175, 176 e 342; e as vertentes ou divisores do terreno, nos registros 16, 36, 165, 176 e 342. A repetição de alguns registros entre as categorias demonstra que os declarantes não percebiam o relevo como uma superfície uniforme, mas combinavam diferentes posições relativas para localizar as terras e tornar seus limites reconhecíveis.

Altimetria, curvas de nível e propriedades rurais em Nossa Senhora das
Neves, Macaé (1854–1857)



A Figura 1 representa as curvas de nível, elaborada a partir do Modelo Digital de Elevação SRTM, as curvas apresentam equidistância de 100 metros, com curvas mestras de 200 metros. A distribuição dos pontos de referência da localização das propriedades, mantida nas figuras seguintes, mostra que aqueles atribuídos às propriedades associadas ao Sana, representados em branco, formavam uma sequência longitudinal ao longo do rio, desde os setores situados a montante até sua confluência com o Macaé. Essa disposição foi identificada nos Registros Paroquiais: Jacintho Muzy, Carlos Felipe Bockhomy e Cassimiro Caire declararam terras na barra do rio Sana; Bento Musy localizou sua propriedade na margem esquerda do rio; e Manoel Coelho Ferreira Pedrosa e Manoel Joaquim de Souza registraram terras em suas cabeceiras.⁵ Entre a barra e as cabeceiras, outros declarantes situaram suas propriedades diretamente no rio ou no córrego Sana. Os pontos pretos representam as demais propriedades localizadas e incorporadas à amostra cartográfica. Entre elas, foram destacadas as fazendas das Neves e Atalaia, utilizadas na comparação com o corredor do rio Sana.

A Figura 1 permite identificar um contraste altimétrico entre os dois setores. A Fazenda das Neves e a Fazenda Atalaia, fazendas de grandes senhores de terras e homens, situam-se em terrenos comparativamente mais baixos, próximos ao vale do rio Macaé e de seus afluentes. Nesse setor, as propriedades situam-se predominantemente entre as curvas de nível de 200 e 400 metros, embora elevações superiores apareçam nas proximidades.

Em direção ao oeste, o relevo se eleva progressivamente e as curvas de nível tornam-se mais próximas, indicando mudanças mais rápidas de altitude e maior compartimentação do terreno. O rio Sana percorre uma abertura entre as elevações serranas, enquanto as propriedades associadas a esse setor se localizam no vale.

As confrontações e medidas mostram que as propriedades associadas ao Sana não se restringiam ao fundo do vale. Muitas alcançavam encostas, espigões, vertentes e altos de serra, embora fossem localizadas por sua relação com o curso fluvial. Em cinco dos 21 registros diretamente associados ao Sana, correspondentes a 23,8% do conjunto, o rio aparece como testada ou limite da propriedade, enquanto os fundos ou limites opostos são situados nas vertentes ou nos altos das serras. Consideradas também as descrições de terras localizadas à margem do rio ou atravessadas por espigões se prolongavam até as elevações correspondentes a 38,1% da amostra (21 registros). As descrições sugerem, portanto, uma ocupação articulada longitudinalmente ao curso fluvial, mas que também avançava transversalmente pelas encostas em direção aos divisores de águas.

⁵ Registros 34, 49, 342, 46, 140 e 357.

Tabela 2: Referências fluviais e serranas nas propriedades do corredor do rio Sana

Registro	Declarante	Citação da fonte	O que indica
16	João José Paschoad	“oitocentas braças [...] de frente, e mil de fundos [...] até as vertentes das serras”	A propriedade possuía profundidade mensurada e alcançava as vertentes, não se restringindo ao fundo do vale.
20	Jerônimo José de Almeida Filho	“faz testada pelo rio do Sauna acima [...] fazendo fundos para a serra”	A testada estava associada ao rio, enquanto os fundos avançavam em direção à serra.
36	Florência Maria de Jesus	“ao leste [...] águas vertentes da Serra Sanna, a Oeste [...] Serra dos Órgãos”; “novecentas braças [...] de frente” e “mil e quinhentos [...] de extensão até os fundos”	A propriedade abrangia uma área situada entre divisores topográficos e apresentava extensão declarada.
46	Bento Musy	“ao Oeste com o Rio Sanna, e ao Leste com a serra”	O rio e a serra constituíam limites opostos, indicando uma disposição transversal ao vale.
137	Aleixo Pereira Ramos	“divide [...] pelo alto da serra da Sanna” e “fazendo fundos com a serra do Peito da Pomba”; “mil braças de testada e mil e quinhentas de fundos”	A extensão declarada alcançava explicitamente as serras.
165	Francisco Gomes Teixeira	“pelo lado do leste vertentes no rio Sanna, ao oeste pela cordilheira, a Serra dos Órgãos”; “mil e quinhentas [...] até águas vertentes”	A descrição indica que a propriedade se estendia pela encosta entre o rio e o divisor serrano.
175	Antônio Francisco de Macedo	“fazendo testada no mesmo rio [...] e fundos até o alto da serra [...] mais vizinha do mesmo rio”	A formulação estabelece diretamente a testada no rio e os fundos no alto da serra.
176	Jerônimo José de Almeida	“um alto de um espigão do rio ao alto da serra” e “até o alto da serra mais alta e mais vizinha, sendo sempre água vertente”	O limite percorria espigões e divisores de águas situados fora do fundo do vale.
342	Cassimiro Caire	“ao Oeste pelo rio Sanna e ao Leste pelo alto das serras vertentes para o rio Macahé”	A propriedade situava-se entre o rio e o divisor de águas.
357	Manoel Joaquim de Souza	“cabeceiras do rio Sanna”; “pelos lados com as duas serras”	Mesmo sem medidas declaradas, os limites laterais serranos indicam sua inserção em terreno acidentado.

Dois registros exemplificam essa configuração.⁶ Jerônimo José de Almeida Filho declarou terras que faziam testada pelo rio Sana e fundos para a serra; Jerônimo José de Almeida (pai), por sua

⁶ Os exemplos correspondem aos registros 20 e 176 do Registro Paroquial de Terras de Macaé.

vez, descreveu um limite que seguia de um espigão próximo ao rio até o alto da serra, acompanhando as águas vertentes. Nos dois casos, o rio constituía uma referência para a localização das terras, enquanto as encostas e os divisores de águas participavam da definição de seus limites; há mais exemplos, conforme a tabela 1 ou mesmo outras subregiões não analisadas neste estudo.

Essa configuração evidencia uma gramática territorial presente nos Registros Paroquiais. Rios e córregos eram empregados como referências de localização e limites, enquanto serras e “águas vertentes” definiam fundos e divisores. Embora esses elementos nem sempre permitam reconstituir geometricamente as propriedades, constituíam marcos territorialmente inteligíveis, por meio dos quais os declarantes situavam as terras e tornavam seus limites socialmente reconhecíveis. As declarações podem, assim, ser lidas como uma cartografia social e de reconhecimento territorial. (CARRARA; LAGUARDIA, 2013, p. 211, 215-217; MOTA, 2021, p. 105-107; FERREIRA; PEREIRA; MENEGALDO, 2022, p. 6-7, 38-39, 59-60).

A posição da Fazenda das Neves oferece um contraste importante. A propriedade foi declarada pela Viscondessa de Macaé, que havia recebido do falecido marido direitos sobre metade de uma sesmaria de uma légua em quadra. A extensão integral da sesmaria correspondia, segundo a conversão usual, a aproximadamente 4.356 hectares, dos quais cerca de 2.178 hectares pertenciam à declarante; a outra metade cabia ao filho, Paulo José Pereira de Almeida Torres. A dimensão declarada e a divisão do domínio entre mãe e filho indicam a amplitude do módulo rural e, indício de manutenção de uma estrutura patrimonial familiar.

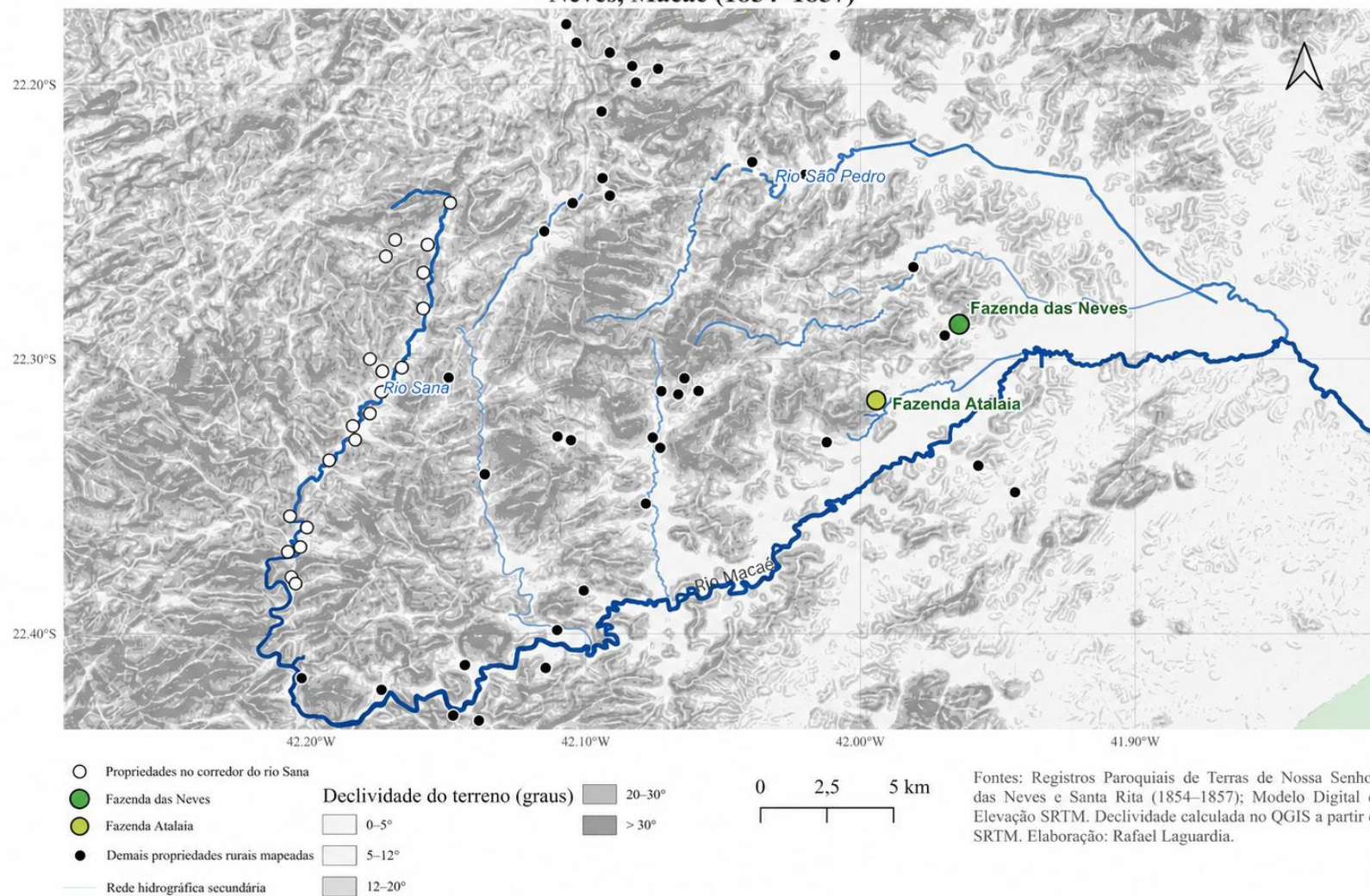
A fazenda tinha testada no rio Macaé e confrontava, ao norte, com o rio São Pedro, a oeste, com a Fazenda Nova e, ao sul, com terras da região do rio Morto. O córrego do Ouro, embora mencionado na mesma declaração, integra a descrição subsequente de uma quarta parte da sesmaria Corda e parece não constituir limite direto da Fazenda das Neves. As declarações de propriedades vizinhas mostram ainda que as terras da Viscondessa eram reconhecidas como confrontantes nas áreas do Roncador, do Pico Alto, do Rio Morto e do córrego do Ouro, indicando que seu patrimônio abrangia outras parcelas além da Fazenda das Neves. O conjunto fundiário encontrava-se articulado às propriedades dos filhos e do genro da declarante, revelando uma extensa estrutura patrimonial familiar.

A altitude diferencia os dois setores, mas não informa, isoladamente, a intensidade das inclinações encontradas em cada um deles. Para examinar as relações entre essas inclinações, a localização das propriedades e as condições de circulação, é necessário acrescentar a análise da declividade.

2.2 A influência da declividade

A declividade permite comparar a intensidade das inclinações do terreno e observar a posição das propriedades em relação aos fundos de vale e às encostas. A figura 2 divide o terreno em cinco classes: de 0 a 5 graus, de 5 a 12 graus, de 12 a 20 graus, de 20 a 30 graus e acima de 30 graus. Essa classificação torna visível a passagem entre os fundos de vale e as encostas mais íngremes.

Declividade do terreno e propriedades rurais em Nossa Senhora das Neves, Macaé (1854–1857)



A Figura 2 evidencia o contraste entre o corredor do rio Sana e o setor oriental do rio Macaé e do rio São Pedro. No corredor serrano, predominam encostas com declividades entre 20 e 30 graus ou superiores a 30 graus,⁷ enquanto as faixas menos inclinadas aparecem de modo descontínuo nos fundos de vale, onde se concentra grande parte dos pontos associados às propriedades. No setor oriental, predominam terrenos comparativamente menos inclinados, nos quais se localizam a Fazenda das Neves e a Fazenda Atalaia.

As confrontações indicam que muitas propriedades alcançavam encostas, espigões e altos de serra. Em terrenos montanhosos, as chuvas intensas mobilizavam o solo das encostas e agravavam as dificuldades dos caminhos (BRAUDEL, 1995, p. 16-17). Em uma área regionalmente próxima, Hermann Burmeister registrou que as chuvas prolongadas tornavam quase intransitáveis as estradas, onde os animais atolavam na lama (BURMEISTER, 1980, p. 121-122). Essas interpretações sugerem que, no corredor serrano, a combinação entre declividade e precipitação aumentava as dificuldades de circulação comparativamente a áreas menos inclinadas e com menores níveis de precipitações.⁸

A concentração das propriedades no corredor do rio Sana relaciona-se à trajetória de colonos suíços e alemães que deixaram Nova Friburgo e alcançaram a serra de Macaé e a região do rio Sana, se dirigiram à serra de Macaé, caracterizada por um clima semelhante ao friburguense, mas por melhores condições de plantio (STUTZ DE OLIVEIRA, 2024, p. 165). Os próprios Registros Paroquiais apresentam indícios dessa vinculação colonial. João Lourenço Sardemberg declarou que suas terras em Cachoeiros haviam sido demarcadas pelo delegado encarregado pelo diretor da Colônia Suíça de Nova Friburgo, no contexto da distribuição governamental de terras aos colonos suíços. Jacintho Muzy, por sua vez, registrou uma concessão do governo datada de 1822 na barra do rio Sana, enquanto João Augusto Stocklins declarou, no mesmo ano, uma sesmaria em Cachoeiros do Macaé (Registros Paroquiais de Terras de Nossa Senhora das Neves e Santa Rita, registros 268, 34 e 33).

A cartografia histórica apresentada na Figura 3 mostra a proximidade espacial de famílias como Musy ou Muzy, Schlegel, Schuler, Caire, Bazen, Sardenberg e Stoecklin. Suas terras podiam ser descritas tanto pela relação vizinhança com os demais proprietários como com o Sana. A disposição relativamente linear da ocupação pode ser compreendida pela combinação entre essa trajetória migratória e a configuração do relevo, pois os cursos d'água e as faixas comparativamente menos inclinadas acompanhavam os fundos de vale.

⁷ A declividade corresponde ao ângulo de inclinação da superfície do terreno em relação ao plano horizontal e pode ser expressa em graus ou em porcentagem. Uma superfície horizontal apresenta declividade de 0°, e o aumento do valor angular indica terrenos progressivamente mais inclinados. Em termos percentuais, 20° correspondem a aproximadamente 36,4% de declividade, enquanto 30° equivalem a cerca de 57,7%. Na classificação adotada pela Embrapa, a faixa entre 11,31° e 25° corresponde ao relevo forte ondulado; entre 25° e 36,87°, ao relevo montanhoso; e acima de 36,87°, ao relevo escarpado (FELGUEIRAS, 2001, cap. 7; ACCIOLY; SILVA; SOUSA, 2009, p. 4).

⁸ As precipitações serão melhor analisadas na figura 4 deste texto.

A expansão desses colonos pelo vale ocorreu em um contexto de limites fundiários e administrativos ainda imprecisos. Um ofício de 6 de setembro de 1822 registra que colonos suíços denunciaram ao encarregado de Polícia a invasão das terras que lhes haviam sido concedidas pela Coroa nas margens do rio Macaé. Os denunciantes apresentaram mapas da região, nos quais procuravam especificar as divisas entre Nova Friburgo e os distritos de Macaé e São João, apresentavam problemas de demarcação e concorrência pelo acesso à terra (VITÓRIA, 2020, p. 43). A fontes histórica indica que desde o início da expansão colonial para o vale, a instalação dos imigrantes se realizava em uma fronteira disputada.



Fonte: composição elaborada a partir de recortes da Carta chorographica da província do Rio de Janeiro, organizada por Pedro de Alcântara Bellegarde e Conrado Jacob de Niemeyer, com destaque para proprietários, cursos d'água e símbolos de produção rural. Acervo: Fundação Biblioteca Nacional, cart173951. Elaboração: Rafael Laguardia.

Nos registros associados ao corredor do rio Sana, a ocupação aparece distribuída entre diversos declarantes. No setor oriental do rio Macaé e do rio São Pedro, a Fazenda das Neves e a Fazenda Atalaia destacamos grandes referências territoriais constituíam grandes referências territoriais e estavam associadas a patrimônios consolidados. No caso da Viscondessa de Macaé, essa territorialização do parentesco aparece diretamente no Registro Paroquial. O registro 369 informa que metade da sesmaria correspondente à Fazenda das Neves lhe pertencia por herança do falecido marido, enquanto a outra metade cabia ao filho menor, Paulo José Pereira de Almeida Torres. Na mesma declaração, uma quarta parte da sesmaria Corda confrontava com a Fazenda Vitória, pertencente ao filho José Carlos Pereira de Almeida Torres, e com a Fazenda Monte Lago, pertencente ao genro, o Barão de Lages. O filho e o genro também apresentaram declarações próprias, respectivamente nos registros 371 e 370. Desse modo, unidades aparentemente distintas permaneciam articuladas, em um patrimônio familiar, por herança, tutela, casamento e vizinhança.

A dimensão desse patrimônio familiar ultrapassava, contudo, os limites da Fazenda das Neves. A soma das parcelas quantificáveis vinculadas à Viscondessa de Macaé, aos filhos Paulo José e José Carlos Pereira de Almeida Torres e ao genro, o Barão de Lages, alcança pelo menos 8.349 hectares. A Fazenda das Neves, com 4.356 hectares, correspondia a 52,2% dessa área familiar calculável, enquanto as parcelas relacionadas às sesmarias Corda e Pimenta, à Fazenda Vitória e ao conjunto Monte Lago–Cachoeira Alta representavam os 47,8% restantes. Comparado aos 3.720,1 hectares das nove propriedades cujas dimensões permitem cálculo — correspondentes a 42,9% dos 21 registros vinculados ao rio Sana e à totalidade das unidades mensuráveis desse conjunto —, o patrimônio familiar era 124,4% maior. Na soma das áreas calculáveis dos dois grupos, o patrimônio familiar representava 69,2%, contra 30,8% das propriedades mensuráveis do Sana. A Fazenda das Neves, isoladamente, já superava essa soma em 17,1%. A comparação deve ser entendida como uma estimativa mínima, pois 12 dos 21 registros associados ao Sana, equivalentes a 57,1%, não fornecem medidas completas, enquanto outras parcelas do patrimônio familiar aparecem apenas nas confrontações. Ainda assim, os dados evidenciam um contraste entre a ocupação distribuída entre diversos declarantes no corredor serrano e a concentração de grandes extensões territorialmente articuladas por herança, casamento e vizinhança no setor oriental.

A Fazenda Atalaia não recebeu declaração autônoma no conjunto analisado, mas permaneceu inscrita nas declarações das propriedades vizinhas. No registro 113, José Domingues de Oliveira Maia declarou a Fazenda Carreira Comprida, cuja linha divisória confrontava com a Atalaia. No registro 181, Veríssimo José Rodrigues situou suas terras no Tento, junto ao rio Morto, confrontando com a Atalaia pelas vertentes do morro. No registro 191, Luiz Antônio Barreto voltou a mencioná-la como limite de suas terras no rio Morto. O encadeamento dessas três declarações permite localizar a

Fazenda Atalaia entre a Carreira Comprida e o Rio Morto e reconhecê-la como referência territorial para as propriedades vizinhas. Esse procedimento, considerando, aqui, a cartografia histórica (Figura 3), aplica o método de distribuição espacial por vizinhança desenvolvido anteriormente para os Registros Paroquiais de Terras de Santo Antônio do Paraibuna, no qual as relações entre declarantes e confrontantes formam um *puzzle* territorial (LAGUARDIA, 2011, p. 81-85). No caso da Atalaia, a ausência de declaração autônoma não significou seu desaparecimento do conjunto documental. A fazenda permaneceu inscrita nas confrontações registradas por seus vizinhos, que permitem localizá-la e reconhecer sua função como marco territorial. Esse resultado relativiza, para o caso analisado, os efeitos documentais do chamado “veto dos barões”, expressão empregada por José Murilo de Carvalho para caracterizar as resistências enfrentadas pela política imperial de terras, inclusive na realização dos registros paroquiais (CARVALHO, 1996, p. 303-325; LAGUARDIA, 2011, p. 81-85; 2015).

A trajetória patrimonial da Fazenda Atalaia envolveu sucessivamente as famílias Ferreira Maia, Velho da Silva, Campos e Teixeira Pinto, até a aquisição da propriedade por José Bernardino de Sá, Visconde de Vila Nova do Minho. Um título de 1842 descreve a propriedade com engenho de açúcar, cultivo de café e cana e mão de obra escravizada (VITÓRIA, 2020, p. 57-59, 114-115). O inventário de 1855, contudo, registrou 155 pessoas escravizadas na Atalaia, mas atribuiu maior destaque à pecuária e pouca expressão às plantações então avaliadas, indicando que seu perfil produtivo se modificou ao longo do tempo (SARAIVA; ALMICO; PESSOA, 2024, p. 19-20).

Nesse setor, a menor declividade oferecia condições comparativamente mais favoráveis à circulação interna das propriedades. Na Fazenda Atalaia, essa condição espacial coincidia com a presença de engenho, café, cana, criação e trabalho escravizado. No corredor do rio Sana, os Registros Paroquiais apresentam informações produtivas mais fragmentadas: Manoel Coelho Ferreira Pedrosa declarou “plantação, café e outras plantas” nas cabeceiras do rio Sana; Severiano José Gago mencionou “cafezais e árvores de frutas” no córrego Sana; e Manoel Joaquim de Souza registrou “cultura de mantimentos” nas cabeceiras do mesmo rio (registros 140, 173 e 357).

2.3 A influência dos rios e das chuvas

A análise seguinte relaciona a localização das propriedades à rede hidrográfica e aos dados pluviométricos. Entre as 373 declarações reunidas, 131 empregam explicitamente os termos “rio”, “córrego” ou “ribeirão” na descrição das confrontações, enquanto 86 os utilizam na indicação da localidade. Consideradas conjuntamente, 190 declarações, correspondentes a 50,9% do conjunto, relacionam as propriedades a um curso d’água.

A identificação dos cursos d'água nomeados permite avançar da frequência geral das referências hidrográficas para a comparação de suas funções documentais. A Tabela 2 apresenta o número de declarações vinculadas a cada rio e distingue as menções utilizadas para indicar a localidade daquelas empregadas nas confrontações ou na descrição da extensão das terras.

Tabela 3: Cursos d'água nomeados nos Registros Paroquiais de Terras de Nossa Senhora das Neves

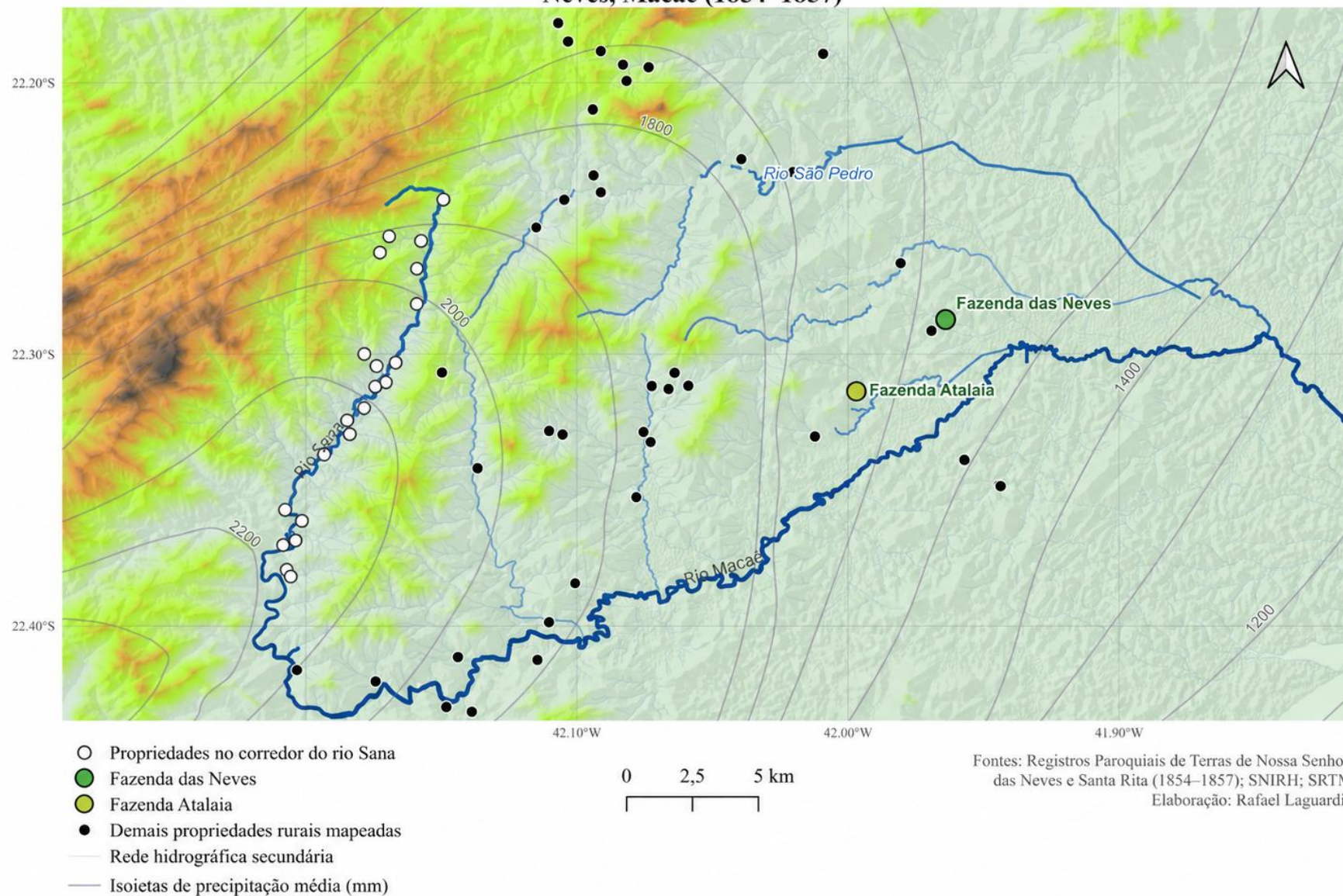
Curso d'água	Registros	% das 373 declarações	Na localidade	Nas confrontações ou extensão
Rio Macaé	63	16,9%	13	53
Rio Morto	34	9,1%	28	11
Córrego do Ouro	21	5,6%	13	13
Rio/Córrego Sana	21	5,6%	16	10
Rio/Córrego Purgatório	16	4,3%	3	14
Córrego de João Manoel	15	4,0%	9	6
Rio/Ribeirão/Córrego do Frade	12	3,2%	4	8
Rio São Pedro	11	2,9%	2	9
Córrego de Francisco Dias	5	1,3%	2	3
Córrego Alegre	3	0,8%	2	2
Córrego da Prata	3	0,8%	3	0
Córrego das Pimentas	2	0,5%	2	0
Córrego de Santa Cruz	2	0,5%	0	2
Córrego do Anta	2	0,5%	2	0
Córrego do Jacaré	2	0,5%	0	2
Córrego do Salto	2	0,5%	0	2
Outros mencionados uma única vez — 25 cursos	24	6,4%	10	16

Fonte: Registros Paroquiais de Terras de Nossa Senhora das Neves e Santa Rita, 1854–1857. Elaboração do autor. **Nota:** cada declaração foi contabilizada apenas uma vez para cada curso d'água, mesmo quando o nome se repetia. Uma mesma declaração pode mencionar o curso tanto na localidade quanto nas confrontações ou na extensão, razão pela qual as duas últimas colunas não devem ser somadas. Foram normalizadas variantes gráficas como *corrigo/córrego*, *Macaé/Macaé*, *Sanna/Sauna/Sana* e *Purgatório/Pugatório*. A categoria “Outros mencionados uma única vez” reúne: córregos do Capira, do Roncador, dos Anduellos, de São Francisco, de São Bento, do Distrito, do Timbuíba, das Piabas, Pinhas, Grande, D'Anta Jacintho, do Pião, Receio, da Lagoa, de Santo Antônio, da Pedra, que vinha da Olaria, das Es... e de José...; rio Treze de Maio; Ribeirão das Barras; Rio Grande; Rio Bonito, também denominado Bacaxá ou Rio do Domingos; Rio da Lama; e Rio Peito de Pomba. Os nomes “das Es...”, “de José...” e “das Barras” apresentam leitura parcial na transcrição. As referências genéricas a “um córrego”, “mesmo rio” ou “dito rio”, sem possibilidade de individualização, não foram incluídas.

Os dados da Tabela 3 mostram que a rede hidrográfica não aparecia de forma homogênea nas declarações, pois os cursos d'água desempenhavam funções distintas na localização e na delimitação

das propriedades. O rio Macaé, mencionado em 63 registros, apresentava a maior frequência e aparecia sobretudo nas confrontações ou na descrição da extensão das terras, indicando sua importância como eixo territorial de grande alcance. O Rio Morto, ao contrário, era empregado principalmente na indicação da localidade, função observada em 28 dos 34 registros a ele vinculados. Entre os cursos de menor escala, o Córrego do Ouro apresentava presença equilibrada na localização e nas confrontações, enquanto o Purgatório era utilizado predominantemente na definição de limites. O contraste entre o Sana e o São Pedro também é significativo: o primeiro aparecia com maior frequência como referência de localização, acompanhando longitudinalmente a ocupação do vale, enquanto o segundo era empregado sobretudo nas confrontações e na descrição da extensão das propriedades. A presença de numerosos rios e córregos com poucas ocorrências revela ainda a capilaridade dessa rede de referências. Mais do que acidentes naturais isolados, os cursos d'água constituíam uma gramática territorial hierarquizada, por meio da qual os declarantes situavam as terras, descreviam suas dimensões e tornavam seus limites reconhecíveis.

Hidrografia, precipitação e propriedades rurais em Nossa Senhora das Neves, Macaé (1854–1857)



Na Figura 4, essa distribuição espacial é examinada em relação à rede hidrográfica e as médias pluviométricas. O rio Macaé articulava os dois setores comparados. Depois de receber as águas do rio Sana, seu curso prosseguia em direção ao setor oriental, à leste, onde se localizavam a Fazenda das Neves e a Fazenda Atalaia. Na declaração, a Fazenda das Neves tinha testada no rio Macaé e confrontava, ao norte, com o rio São Pedro, vinculando-se a dois dos principais cursos d'água representados na figura anterior.

A vinculação à rede hidrográfica estendia-se a outras propriedades do setor oriental. Manoel Machado da Motta declarou novecentas braças de testada no rio São Pedro, com uma légua de fundos em direção ao córrego do Ouro. Miguel Fernandes Dias Lage registrou cinquenta braças de testada no mesmo rio e fundos para o córrego do Pião (registros 218 e 317). Em ambos os casos, o rio São Pedro definia a testada das terras, enquanto os córregos indicavam a direção dos fundos.

A comparação das funções territoriais dos rios reforça a diferença entre os dois setores. Entre os registros vinculados ao Sana, 90,5% empregam o curso d'água na indicação da localidade. Em 38,1% do total, o rio aparece ainda articulado às margens, às testadas ou aos limites que avançavam em direção às serras. Entre os registros vinculados ao rio São Pedro equivalentes a 80% apresentam o curso como testada ou divisa; os fundos eram orientados para os córregos do Distrito, do Ouro ou do Pião. O Sana funcionava sobretudo como eixo longitudinal de localização, enquanto o São Pedro aparecia com maior frequência na organização da testada e da profundidade das propriedades.

O contraste entre os dois setores aparece também nas variações pluviométricas. No corredor do rio Sana e as propriedades se aproximam das isoietas de 1.800 a 2.200 milímetros anuais. A Fazenda das Neves e a Atalaia encontram-se próximas à isoietas de 1.400 milímetros, no setor oriental, estabelecendo uma diferença de aproximadamente 400 a 800 milímetros anuais em relação às propriedades do corredor serrano. Em direção ao litoral, os valores diminuem até cerca de 1.200 milímetros.

A análise conjunta dos elementos físicos-geográficos sugere pelo menos duas configurações espaciais distintas. No corredor serrano, as propriedades do rio Sana organizavam-se longitudinalmente em um vale mais inclinado e chuvoso. No setor oriental, marcado por terrenos menos acidentados e precipitações inferiores, os rios Macaé e São Pedro apareciam sobretudo como referências de testada e limite, como se observa na Fazenda das Neves. Essas diferenças compunham condições distintas de localização e, diante de suas características próprias, aproveitamento das terras.

O contraste espacial correspondia também a trajetórias sociais diferenciadas. No Sana, a ocupação relacionava-se à expansão de famílias de origem suíça pelo corredor serrano; no rio Macaé, predominavam patrimônios mais antigos, a Fazenda das Neves estava ligada à Viscondessa de Macaé, Maria Eudóxia Engrácia de Almeida Torres, viúva de José Carlos Pereira de Almeida Torres, Visconde de Macaé, nascido na Bahia. O genro Alexandre Vieira de Carvalho, Barão de Lages,

também integrava a nobreza imperial brasileira, articulados por redes familiares de grandes proprietários da elite imperial.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo partiu da hipótese de que as diferenças de desnível e disponibilidade de água participaram da formação de possibilidades territoriais distintas de uso e ocupação do solo. A análise da altitude deu sustentação inicial a essa proposta ao mostrar que o corredor do Sana e o setor oriental do Macaé não constituíam uma paisagem uniforme. No Sana, as propriedades acompanhavam o vale e avançavam até os divisores serranos; no setor oriental, as principais fazendas se localizavam em terrenos mais baixos e abertos.

O exame da declividade aprofundou esse contraste. As encostas do Sana impunham maiores dificuldades à circulação e se relacionavam à expansão de famílias suíças provenientes de Nova Friburgo. No Macaé oriental, os terrenos menos acidentados coincidiam com patrimônios luso-brasileiros vinculados à elite imperial e com a presença de importantes dimensões na Fazenda Atalaia. A comparação das áreas mensuráveis reforçou essa diferença ao sugerir propriedades menores no Sana e maior concentração fundiária no baixo–médio Macaé.

A análise da hidrografia e das chuvas completou o argumento. No Sana, o rio orientava a ocupação ao longo do vale, enquanto, no Macaé e no São Pedro, os cursos d'água participavam sobretudo da definição das testadas e dos limites. As médias pluviométricas reforçaram a distinção entre o corredor serrano, mais chuvoso, e o setor oriental, onde a menor inclinação oferecia condições mais favoráveis à circulação e atividades econômicas específicas.

Os resultados mostram, porém, que a localização e o aproveitamento das propriedades ocorreram diante de condições materiais distintas. Assim, águas e desníveis, participaram das possibilidades de uso e ocupação do solo como uma importante variável que deve ser articulada às trajetórias e aos recursos dos proprietários em Nossa Senhora das Neves.

REFERÊNCIAS

- ACCIOLY, Luciano José de Oliveira; SILVA, Ademar Barros da; SOUSA, Antonio Raimundo de. Análise multicritério para avaliação de riscos de erosão e aptidão para cana-de-açúcar na Zona da Mata Sul de Pernambuco: folhas (1:25.000) de Rio Ipojuca, Primavera e Escada. Recife: Embrapa Solos UEP Nordeste; Instituto Agrônômico de Pernambuco, 2009. 18 p.
- AMANTINO, Márcia Sueli. Quilombos em Macaé no século XIX. Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas, Ilhéus, v. 10, n. 18, p. 623-648, jul./dez. 2007.
- ANDRADE, Mateus Rezende de. Antônio Pardo e a hierarquia social no mundo rural brasileiro do século XIX. Topoi: Revista de História, Rio de Janeiro, v. 24, n. 53, p. 418-444, maio/ago. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/2237-101x02405303>.
- BELLEGARDE, Pedro de Alcântara; NIEMEYER, Conrado Jacob de. Carta chorographica da província do Rio de Janeiro mandada organizar por Decreto da Assembleia Provincial de 30 de outubro de 1857. Rio de Janeiro: Lithographia Imperial de Eduardo Rensburg, 1858-1861. 1 mapa em 4 seções. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional, cart173951.
- BRAUDEL, Fernand. O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II. 2. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995. v. 1.
- BURMEISTER, Hermann. Viagem ao Brasil: através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais: visando especialmente a história natural dos distritos auri-diamantíferos. Tradução de Manoel Salvaterra e Hubert Schoenfeldt. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.
- CAPEL, Horacio. Filosofía y ciencia en la geografía contemporánea: una introducción a la geografía. Barcelona: Barcanova, 1981.
- CARRARA, Angelo Alves; LAGUARDIA, Rafael Martins de Oliveira. Potencialidades do georreferenciamento em História Agrária: um modelo para os registros de terras de meados do século XIX. Sæculum: Revista de História, João Pessoa, n. 29, p. 209-229, jul./dez. 2013.
- CARVALHO, José Murilo de. A modernização frustrada: a política de terras no Império. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 39-57, mar. 1981.
- CARVALHO, José Murilo de. A política de terras: o veto dos barões. In: CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Relume-Dumará, 1996. p. 303-325.
- CARVALHO, Marcos Bernardino de. Ratzel: releituras contemporâneas: uma reabilitação? Biblio 3W: Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, n. 25, 23 abr. 1997. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/b3w-25.htm>. Acesso em: 6 ago. 2026.
- CHRISTILLINO, Cristiano Luis. Sob a pena presidencial: a Lei de Terras de 1850 no Rio Grande do Sul e a negociação política. Tempo, Niterói, v. 18, n. 32, p. 223-245, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042012000100010>.
- DONAHUE, Brian. The Great Meadow: farmers and the land in colonial Concord. New Haven: Yale University Press, 2004.
- DONAHUE, Brian. Mapping husbandry in Concord: GIS as a tool for environmental history. In: KNOWLES, Anne Kelly (ed.). Placing history: how maps, spatial data, and GIS are changing historical scholarship. Redlands, CA: ESRI Press, 2008. p. 151-177.

FEBVRE, Lucien. A geographical introduction to history. Tradução de E. G. Mountford e J. H. Paxton. London: Kegan Paul, Trench, Trubner, 1925.

FELGUEIRAS, Carlos Alberto. Modelagem numérica de terreno. In: CÂMARA, Gilberto; DAVIS, Clodoveu; MONTEIRO, Antônio Miguel Vieira (org.). Introdução à ciência da geoinformação. São José dos Campos: INPE, 2001. cap. 7.

FERREIRA, Rafael Augusto Silva; PEREIRA, Renata Baesso; MENEGALDO, Ana Beatris Fernandes. Fazendas, partes de terras, chácaras e terrenos: estudo comparativo do léxico fundiário nos registros paroquiais de terras da freguesia de Caconde e do município de Campinas, na província de São Paulo (1854-1857). *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 30, p. 1-71, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02672022v30e41>.

GARCIA, Graciela Bonassa. Registros paroquiais de terras. In: MOTTA, Márcia Maria Menendes; GUIMARÃES, Elione Silva (org.). *Propriedades e disputas: fontes para a história do Oitocentos*. Niterói: Eduff, 2011. p. 65-70.

GIL, Tiago. Recuperando terreno: o espaço como problema de pesquisa em história colonial. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 20, n. 1, p. 183-202, 2014.

HUNTINGTON, Ellsworth. *Civilization and climate*. New Haven: Yale University Press, 1915.

JERONYMO, Carlos André Luz; SILVA, José Augusto Ferreira da. Proposta de manejo de paisagem na APA do Sana (Macaé-RJ). *Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego*, Campos dos Goytacazes, v. 5, n. 2, p. 173-201, jul./dez. 2011. DOI: <https://doi.org/10.5935/2177-4560.20110021>.

LAGUARDIA, Rafael Martins de Oliveira. Sorte de terra, fazenda, sesmária... georreferenciamento como instrumento de análise do registro de terras. 2011. 189 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

LAGUARDIA, Rafael Martins de Oliveira. Dos dízimos à demarcação de terras: geoprocessamento aplicado a módulos rurais (Juiz de Fora, séculos XVIII-XIX). 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

LAGUARDIA, Rafael Martins de Oliveira. A paisagem hídrica como agente na configuração dos Caminhos de Minas Colonial no século XVIII. *Verde Grande: Geografia e Interdisciplinaridade*, Montes Claros, v. 7, n. 1, p. 598-618, 2025. DOI: <https://doi.org/10.46551/rvg2675239520251598618>.

MOTA, Maria Sarita. Entre la ley y la práctica: antiguos y nuevos usos del Registro Parroquial en Brasil. *Historia Agraria de América Latina*, v. 2, n. 2, p. 103-128, 2021. DOI: <https://doi.org/10.53077/haal.v2i02.61>.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura; Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; LAGUARDIA, Rafael Martins de Oliveira. Geography, history and technologies: a proposal for debate. *Revue de géographie historique*, n. 22-23, 2023. DOI: <https://doi.org/10.4000/geohist.6886>.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000100009>.

SARAIVA, Luiz Fernando; ALMICO, Rita; PESSOA, Thiago Campos. O tráfico ilegal de africanos: trajetória e fortuna de José Bernardino de Sá (1822-1855). *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, p. 1-25, maio/ago. 2024. DOI: <https://doi.org/10.64729/an.acervo.v37i2.2152>.

SEMPLE, Ellen Churchill. Influences of geographic environment: on the basis of Ratzel's system of anthropo-geography. New York: Henry Holt and Company, 1911.

SILVA, Áurea Pereira da. Engenhos e fazendas de café em Campinas (séc. XVIII-séc. XX). Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 81-119, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-47142006000100004>.

SOUZA, Pilar Amadeu de; MARÇAL, Mônica dos Santos. Hidrossedimentologia e conectividade do rio Macaé, norte do estado do Rio de Janeiro, Brasil. Geo UERJ, Rio de Janeiro, n. 27, p. 176-201, 2015. DOI: <https://doi.org/10.12957/geouerj.2015.16436>.

STUTZ DE OLIVEIRA, Vinner. A comunidade protestante do Sana no início do século XX: hibridismo cultural e religioso e a influência do espaço rural. Revista Espacialidades, v. 19, n. 2, p. 164-189, 2024. DOI: <https://doi.org/10.21680/1984-817X.2023v19n2ID32579>.

TSCHUDI, Johann Jakob von. Viagem às províncias do Rio de Janeiro e S. Paulo. Tradução de Eduardo de Lima Castro. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1953.

VITÓRIA, Antonio José Vieira da Cruz. População e escravidão na freguesia de Nossa Senhora das Neves (1809-1822). 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2020.

WHITE, Richard. What is spatial history? Stanford: Stanford University Spatial History Project, 2010. 6 p. Working paper.